



Enerpeixe S.A.

CNPJ nº 04.426.411/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	136.219	43.473	Fornecedores	14	20.941	11.193
Concessionárias	5	33.570	24.197	Debêntures	16	2.948	13.356
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	3.667	17.247	Outros tributos a recolher	6	7.855	9.168
Outros tributos compensáveis	6	6.214	5.965	Dividendos	15		3.926
Estoques	10	5.299	4.830	Uso do bem público	17	38.148	36.132
Outros créditos	11	1.152	1.036	Provisões	18	13.715	11.142
Total do Ativo Circulante		186.121	96.748	Outras contas a pagar	11	5.517	4.338
Não circulante				Total do Passivo Circulante		89.124	89.255
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	12.263	11.419	Não circulante			
Outros tributos compensáveis	6	94.010	89.232	Debêntures	16	596.822	529.333
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	65.974	50.503	Outros tributos a recolher	6	28.976	33.063
Cauções e depósitos vinculados	9	3.276	3.000	PIS e COFINS diferidos	7	44	31
Outros créditos	11	1.166	210	Uso do bem público	17	401.547	389.421
		176.689	154.364	Provisões	18	12.459	15.415
Imobilizado	12	1.114.414	1.158.015	Outras contas a pagar	11	1.226	1.030
Intangível	13	288.176	307.510	Total do Passivo Não circulante		1.041.074	968.293
Total do Ativo Não circulante		1.402.590	1.465.525	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		1.579.279	1.619.889	Capital social	19.1	224.455	219.736
				Reservas de capital	19.2	18.546	18.546
				Reservas de lucros	19.2	416.088	432.088
				Prejuízos acumulados		(23.887)	(11.281)
				Total do Patrimônio líquido		635.202	659.089
TOTAL DO ATIVO		1.765.400	1.716.637	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.765.400	1.716.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2024	2023
Receitas	20	313.831	239.162
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	21		
Custo do serviço de energia elétrica		(149.694)	(62.159)
Custo de operação		(84.141)	(80.239)
		(233.835)	(142.398)
Lucro bruto		79.996	96.764
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(8.013)	(5.193)
Outras despesas e receitas operacionais		(467)	(595)
		(8.480)	(5.788)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		71.516	90.976
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		14.828	11.108
Despesas financeiras		(125.702)	(91.148)
		(110.874)	(80.040)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro ou (prejuízo)		(39.358)	10.936
Tributos sobre o lucro	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes			546
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.471	(2.266)
		15.471	(1.720)
Resultado líquido do exercício		(23.887)	9.216
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	24		
ON		(0,02867)	0,01106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2024	2023
Resultado líquido do exercício	(23.887)	9.216
Resultado abrangente do exercício	(23.887)	9.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2024	2023
Geração do valor adicionado	375.913	294.868
Receita operacional	370.154	279.937
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.759	14.710
Outras receitas	221	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(185.905)	(95.549)
Custos da energia comprada	(103.241)	(14.222)
Encargos de uso da rede elétrica	(61.686)	(54.252)
Materiais	(2.032)	(9.676)
Serviços de terceiros	(16.362)	(14.201)
Outros custos operacionais	(2.584)	(3.198)
Valor adicionado bruto	190.008	199.319
Retenções		
Depreciações e amortizações	(65.578)	(65.711)
Valor adicionado líquido produzido	124.430	133.608
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.873	13.538
Valor adicionado total a distribuir	140.303	147.146
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.875	9.032
Benefícios	2.632	2.492
FGTs	727	781
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	26.289	34.433
Estaduais	(35)	52
Municipais	1	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	125.702	91.148
Aluguéis	(1)	(12)
Juros sobre capital próprio		4.619
	164.190	142.549
Lucro (Prejuízo) do exercício	(23.887)	4.597
	140.303	147.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o regime de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MwM)	Energia Assegurada (MwM)	Concessão
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	266,60	07/11/2001 11/05/2042

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006. O prazo inicial do contrato de concessão é de 35 anos a partir da data da sua assinatura, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 67,03 meses. Podendo, adicionalmente, ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério do regulador, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Além da energia assegurada de 266,6MwM, a Companhia possui 62MwM em contratos de compra, sendo assim, contém comercializado 270,0MwM no ACL, pelo prazo de 1 ano, a partir de janeiro de 2024. O preço estabelecido do contrato em 31 de dezembro de 2024 é de R\$146,22 por MWh. Para 2025 os demais contratos estão demonstrados na nota 8.1.

No caso da energia gerada ser inferior à energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operam na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$39.365, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$439.695 (R\$425.553 em 31 de dezembro de 2023). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro ou (prejuízo)		(39.358)	10.936
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		65.578	65.711
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		68.122	76.731
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		51.423	10.970
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.052	1.999
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.184	1.034
Outros		(2.011)	(6.855)
		145.990	160.526
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(9.373)	(4.746)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(18.011)	(12.847)
Estoques		(469)	(1.415)
Cauções e depósitos vinculados		25	1.917
Outros ativos operacionais		(1.325)	(143)
		(29.153)	(17.234)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		9.748	(325)
Outros tributos a recolher		27.916	22.409
Encargos Setoriais		281	(2.247)
Provisões		(2.619)	(1.705)
Uso do bem público		(37.281)	(39.067)
Outros passivos operacionais		156	1.330
		(1.799)	(19.605)
Caixa proveniente das atividades operacionais		115.038	123.687
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.505)	(2.212)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		113.533	121.475
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(5.759)	(14.710)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.759)	(14.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.926)	
Captação de debêntures		596.746	(275)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(530.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(77.787)	(78.292)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(61)	(304)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	26.1	(15.028)	(78.871)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		92.746	27.894
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		136.219	43.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		43.473	15.579
		92.746	27.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	219.736	18.546	427.491	(11.281)	654.492
Lucro líquido do exercício				9.216	9.216
Constituição de reserva legal			461	(461)	-
Reserva de retenção de lucros - AGOE de 01/06/2022			4.136	(4.136)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(4.619)	(4.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	219.736	18.546	432.088	(11.281)	659.089
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	219.736	18.546	432.088	(11.281)	659.089
Aumento de capital - RCA de 16/02/2024	4.719		(4.719)		-
Absorção de Prejuízos - RCA de 16/02/2024			(11.281)		-
Prejuízo do exercício				(23.887)	(23.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.455	18.546	416.088	(23.887)	635.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/IAS 12/IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12/IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21/IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontra correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarboxilação (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (IC02e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarboxilação (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtópicos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2024 a Companhia obteve o seguinte recurso (Nota 16):

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 5ª Emissão	dez/24	dez/29	600.000	CDI + 0,89% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de giro
			600.000		

3.2 Compensação de prejuízo

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA, realizada em 16 de fevereiro de 2024, foi aprovada a compensação do prejuízo acumulado do exercício de 2022, no montante de R\$11.281, mediante a capitalização de saldo da Reserva Legal da Companhia, e a redução de R\$4.719, também da Reserva Legal, a título de aumento de capital, sem emissão de novas ações (Nota 19.1).

3.3 Liquidação antecipada de Debêntures

Em 20 e 27 de dezembro de 2024, a companhia liquidou antecipadamente sua 3ª e 4ª emissão de debêntures respectivamente, nos valores de R\$ 255.000 para a 3ª emissão e R\$ 275.000 para a 4ª emissão.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		3.344	789
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	86.160	42.684
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2	46.715	6.584
Total		132.875	42.684
		136.219	43.473

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 94,00% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Receitas (Despesas)
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Concessionárias (Nota 5)								
Suprimento de energia elétrica								
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2025	2.631	-	-	-	-	31.058
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2024	3.543	-	-	-	-	41.832
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2024	7.163	-	-	-	-	84.572
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2024	7.888	-	-	-	-	84.664
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2023 a 31/12/2023	-	15.570	-	-	-	174.234
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	01/01/2024 a 31/12/2024	4.780	8.694	-	-	-	56.442
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	01/01/2023 a 31/12/2024	198,43	1.753	-	-	-	20.705
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	01/01/2023 a 31/12/2025	196,43	2.362	-	-	-	27.888
			30.120	24.264	-	-	-	347.161
								277.366
Fornecedores (Nota 14)								
Suprimento de energia elétrica								
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2024	-	-	6.899	-	-	(88.282)
EDP Trading	Controle Comum	01/12/2024 a 31/12/2024	-	-	893	-	-	(892)
Encargos de uso da rede básica								
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	14/03/2006 a 07/11/2036	-	-	9	8	-	-
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (*)	04/01/2020 a 30/11/2036	-	-	1	1	-	(6)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/07/2021 a 30/11/2036	-	-	53	38	-	(351)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)	01/03/2006 a 01/11/2036	-	-	23	41	-	(79)
EDP Goiás	Controle Comum	01/03/2006 a 01/11/2036	-	-	53	21	-	(259)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/07/2021 a 30/11/2036	-	-	4	3	-	(47)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum	01/07/2024 a 30/11/2036	-	-	4	-	-	(23)
			-	-	7.885	112	-	(89.588)
								(1.030)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)								
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (a)								
EDP - Energias do Brasil							1.156	916
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2028						(2.898)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2026		116	116			
Contrato de prestação de serviço (d)								
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2023 a 31/12/2025				51		(604)
						51		(3.295)
			30.120	24.264	116	116	1.156	916
					116	116	1.156	916
					7.885	163		(254.675)
								273.041

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora fiscal.

(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestações de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebraram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da audiência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de audiência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à audiência prévia da ANEEL.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e suas controladas.

O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(d) **Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-eração, pós-eração, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5.1	30.038	24.197
Energia de curto prazo	5.2	3.532	
		33.570	24.197

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

O recebimento das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinadas na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica
A variação no exercício é decorrente de maior volume de energia vendida em dezembro de 2024 quando comparado a dezembro de 2023.

5.2 Energia de curto prazo
A variação é devido a Companhia, em 2024, estar com sobras no mercado de curto prazo, principalmente pela estratégia da Administração, onde houve a contratação de energia junto à EDP Trading para ano de 2024 (Nota 8). Com o cenário hidrológico favorável em dezembro de 2024, a Companhia liquidou parte desse contrato no mercado de curto prazo, gerando saldo a receber da CCEE, diferente do ocorrido em 2023, quando estava com a posição de compra de energia no mercado de curto prazo para atender os contratos firmados de venda (Nota 14).

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota	31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrencia	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	28.666	-	1.631	1.505	(17.030)	1.158	15.930
Total		28.666		1.631	1.505	(17.030)	1.158	15.930
Circulante		17.247						3.667
Não circulante		11.419						12.263
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	6.2	94.494	18.852	4.804	-	-	(18.852)	99.298
IRRF sobre aplicações financeiras		703	1.381	-	-	-	-	926
Total		95.197	20.233	4.804			(20.010)	100.224
Circulante		5.965						6.214
Não circulante		89.232						94.010
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		709	505	4	(1.141)	-	-	77
PIS e COFINS		1.482	35.271	-	(1)	(16.337)	(18.852)	1.563
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		231	1.111	4	(1.166)	-	-	180
IRRF sobre juros s/capital próprio		693	-	-	-	(693)	-	-
Parcelamentos	6.3	38.909	-	2.558	(6.647)	-	-	34.820
Encargos com pessoal		207	2.309	-	(2.325)	-	-	191
Total		42.231	39.196	2.566	(11.280)	(17.030)	(18.852)	36.831
Circulante								

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais	18.1.3	2.848		264	(4)	3.108
Depósitos vinculados		152	19	37	(40)	168
Total não circulante		3.000	19	301	(44)	3.276

10 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2024 de R\$5.299 (R\$4.830 em 31 de dezembro de 2023) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2024, de R\$1.525 (R\$1.025 em 31 de dezembro de 2023).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		28	56		
Serviços em curso	11.1	619	628	1.009	36
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			116	116
Despesas pagas antecipadamente		456	307	41	58
Outros		49	45		
Total		1.152	1.036	1.166	210
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		161	144	70	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.2	1.557	1.709		
Encargos Setoriais	11.3	3.663	2.389		
Arrendamentos e alugueis			77		113
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			1.156	916
Outros		136	19		1
Total		5.517	4.338	1.226	1.030

11.1 Serviços em curso

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 de R\$619 (R\$628 em 31 de dezembro de 2023) no Circulante e R\$1.009 (R\$36 em 31 de dezembro de 2023) no Não circulante referem-se, principalmente, à antecipação de P&D.

11.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.3 Encargos Setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2023		Atualização Monetária		Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
		31/12/2023	Adição	Monetária	31/12/2024		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	11.4	254	2.841	(143)	(2.577)	375	375
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		1.977	17.186		(16.047)	3.116	3.116
Outros encargos		158	2.057		(2.043)	172	172
Total Circulante		2.389	22.084	(143)	(20.667)	3.663	3.663

11.4 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixado conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021, que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data-base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse destinado à CDE é de 30%.

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terenos		16.344		16.344		16.344		16.344
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	865.519	(314.948)	550.571	2,00	865.450	(297.526)	567.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	259.520	(99.239)	160.281	2,09	258.756	(93.831)	164.925
Máquinas e equipamentos	3,16	612.081	(336.933)	275.148	3,12	609.997	(318.201)	291.796
Veículos	14,29	1.953	(1.356)	597	14,29	1.902	(1.886)	16
Móveis e utensílios	5,89	3.642	(1.915)	1.727	6,51	3.391	(1.746)	1.645
		1.759.059	(754.391)	1.004.668		1.755.840	(713.190)	1.042.650
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(1.348)	1.116	3,41	2.464	(1.263)	1.201
Máquinas e equipamentos	3,08	154.772	(85.124)	69.648	3,10	154.772	(80.375)	74.397
		157.236	(86.472)	70.764		157.236	(81.638)	75.598
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	225	(104)	121	8,29	225	(93)	132
Máquinas e equipamentos	15,15	1.391	(747)	644	15,06	1.225	(558)	667
Veículos	14,29	833	(470)	363	14,29	833	(351)	482
Móveis e utensílios	6,49	991	(814)	177	10,22	982	(776)	206
		3.440	(2.135)	1.305		3.265	(1.778)	1.487
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias					17,39	79	(79)	
						79	(79)	
Total do imobilizado em serviço		1.919.735	(842.998)	1.076.737		1.916.420	(796.685)	1.119.735
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias					10,92	155	(141)	14
Veículos					20,00	254	(102)	152
Total Ativos de direito de uso						409	(243)	166
Imobilizado em curso								
Geração		37.331		37.331		37.629		37.629
Administração		346		346		485		485
Total do imobilizado em curso		37.677		37.677		38.114		38.114
Total do imobilizado		1.957.412	(842.998)	1.114.414		1.954.943	(796.928)	1.158.015

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2024			31/12/2023			
										Encargos Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Não Circulante	Total	
Simpliflex Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	CDI + 1,60% a.a.	Principal em parcela única em novembro/2025 e juros semestral	-	3.278	255.000	258.278	-	-	-
(-) Custos de emissão				(510)					Amortização mensal	-	-	(259)	(259)	-	-	-
Simpliflex Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral	-	10.078	275.000	285.078	-	-	-
(-) Custos de emissão				(1.084)					Amortização mensal	-	-	(408)	(408)	-	-	-
Simpliflex Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	5ª emissão em 10/12/2024	10/12/2024 a 10/12/2029	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2026 e juros semestral	2.948	600.000	602.948	-	-	-	-
(-) Custos de emissão				(3.253)					Amortização mensal	-	(3.178)	(3.178)	-	-	-	-
Total										2.948	596.822	599.770	13.356	529.333	542.689	-

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa. As debêntures não possuem garantias.

16.2 Movimentação das debêntures

Circulante	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
Juros	13.356	-	(77.787)	67.379			2.948
Custo de Transação	-	-	(607.787)	67.379	(743)	743	-
Total	13.356	-	(607.787)	67.379	(529.257)	743	2.948
Não circulante							
Principal	530.000	600.000			(530.000)		600.000
Custo de Transação	(667)	(3.254)			743		(3.178)
Total	529.333	596.746	-	-	(529.257)	-	596.822

16.3 Vencimento das parcelas

Circulante	2025	2026	2027	2028	2029
Total		2.948	148.186	149.319	149.545
			149.772	596.822	599.770

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com recursos restritos.

(i) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$75.000; e

(ii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;

(iii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;

(iv) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$50.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

(v) Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação; e

(vi) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

• Especificas para a 3ª emissão:

(i) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;

(ii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;

(iii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000; e

(iv) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;

(v) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$50.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas.

• Especificas para a 4ª emissão:

(i) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$85.000;

(ii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;

(iii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;

(iv) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$85.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; e

(v) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas que no exercício de 31 de dezembro de 2024 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

12.2 Movimentação do imobilizado

Valor líquido 31/12/2023	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço			Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2024
		Depreciações					
Imobilizado em serviço							

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Saldo em 31/12/2024
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Pagamentos	Reversões	
Trabalhistas			3	(2)		1
Cíveis	18.1.1.1	5.768	93	(1.370)		5.393
Fiscais	18.1.1.2	2.489			902	2.639
Outros		227	164	(25)	(46)	320
Total Não circulante		8.484	260	(1.397)	(46)	1.052

Em 31 de dezembro de 2024, não houve valor referente as garantias de provisões prováveis na Companhia (R\$6.265 em 31 de dezembro de 2023).

18.1.1.1 Cíveis

Refere-se, substancialmente, às indenizações a título de desapropriações, ressarcimento de perdas e danos (materiais e morais) e lucros cessantes, quando da construção da UHE Peixe Angical. As condenações totalizam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$3.657 (R\$3.138 em 31 de dezembro de 2023). Os demais processos tramitam em 3ª Instância com esgotamento de todos os recursos possíveis em nome da Companhia. Atualmente aguarda-se julgamento em instâncias superiores.

18.1.1.2 Fiscais

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.639 (R\$2.489 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	18.1.2.1	17.641	13.790
Fiscais	18.1.2.2	312.370	290.902
Total		330.011	304.692

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$6.905 em 31 de dezembro de 2024 (R\$6.498 em 31 de dezembro de 2023).

18.1.2.1 Cíveis

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48/2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proposta pela SAESA contra a ANEEL, com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2016 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$10.568 (R\$8.938 em 31 de dezembro de 2023) e, atualmente, aguarda-se decisão de recurso.

18.1.2.2 Fiscais

• Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$226.058 (R\$210.700 em 31 de dezembro de 2023). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 736). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

• Discussão na esfera administrativa de atuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$78.216 (R\$72.986 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

• Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$6.680 (R\$6.442 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.108 (R\$2.848 em 31 de dezembro de 2023).

18.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, reconstrução e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consequentemente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custos das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem evitar a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R\$1.436 (R\$1.559 em 31 de dezembro 2023). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Circulante	11.142	(1.436)	680	3.329		13.715
Não circulante	6.931	243	243	(3.329)	261	4.106
Total	18.073	(1.436)	923	-	261	17.821

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Foi aprovado em RCA, realizada em 16 de fevereiro de 2024, a deliberação do aumento de capital social no montante de R\$4.719, mediante capitalização de parte da reserva legal, sem a emissão de novas ações.

O Capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$224.455 e em 31 de dezembro de 2023 é de R\$219.736 e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis a emissão de ações, quando aplicável. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	499.951.254	60,00	499.951.254	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.835	40,00	333.300.835	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

19.2 Reservas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	19.2.1	18.546	18.546
Total		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Legal	19.2.2	44.409	60.409
Retenção de lucros	19.2.3	83.437	83.437
Incentivos fiscais	19.2.1	288.242	288.242
		416.086	432.088
Total		434.634	450.634

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

Conforme deliberação da RCA realizada em 16 de fevereiro de 2024, a variação do exercício no montante de R\$16.000 é decorrente dos seguintes fatores: (i) compensação dos prejuízos acumulados com o excedente das Reservas Legais no valor de R\$11.281; e (ii) aumento do Capital Social da Companhia com o valor remanescente das Reservas Legais no valor de R\$4.719 (Nota 19.1).

19.2.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

20 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	MWh				R\$			
	Nota	2024	2023		2024	2023		
Suprimento de energia elétrica	20.1	2.371.680	2.138.352	347.162	277.366			
Energia de curto prazo	5.2	194.793	27.310	22.992	2.571			
Receita operacional bruta		2.566.473	2.165.662	370.154	279.937			

(-) Deduções à receita operacional PIS/COFINS

			(34.239)	(25.894)
Encargos do consumidor	11.3	-	-	(34.239)
P&D			(2.841)	(2.321)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(17.186)	(10.669)
Outros encargos			(2.057)	(1.891)
			(22.084)	(14.881)
			(56.323)	(40.775)
Receitas		2.566.473	2.165.662	313.831
20.1 Suprimento de energia elétrica				

A variação nos resultados é atribuída ao aumento do volume de energia vendida, devido à estratégia adotada para o exercício de 2024 em comparação com o ano de 2023. Além disso, as operações de 2024 apresentam um preço médio mais elevado de, R\$146/MWh, em comparação a 2023 de R\$130/MWh.

21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2024				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	De Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	93.466			93.466
Encargos de uso da rede elétrica		55.980			55.980
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2		10.098	3.045	13.143
Material			1.148	166	1.314
Serviços de terceiros	21.3		7.858	3.096	10.954
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.092		45.092
Depreciação - Ativos de direito de uso			31		31
Amortização			19.341	1.114	20.455
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					214
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					253
Total		248	573	592	1.413
Total		149.694	84.141	8.013	467
					242.315

	2023				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	De Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	12.725			12.725
Encargos de uso da rede elétrica		49.234			49.234
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2		7.016	5.055	12.071
Material			1.015	53	1.068
Serviços de terceiros	21.3		6.108	(696)	5.412
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.267		45.267
Depreciação - Ativos de direito de uso			97		97
Amortização			20.339	8	20.347
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				675	675
Arrendamentos e alugueis			(17)		(17)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(80)	(80)
Outras		200	414	773	1.387
Total		62.159	80.239	5.193	148.186

21.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2024	2023
Contratos de compra de energia por quantidade	14.1	90.240	16.940
Energia de curto prazo	5.2	13.816	(2.918)
Outros		(1.064)	(1.297)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(9.526)	(1.297)
Total		93.466	12.725

21.2 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	5.985	5.455
Encargos	2.217	1.940
Previdência privada - Corrente	110	160
Programa de demissão voluntária	1	
Despesas rescisórias	74	342
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.019	932
Outros benefícios - Corrente	2.574	2.175
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	6	5
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(185)	(644)
	11.801	10.365
Administradores		
Honorários e encargos	1.175	1.554
Benefícios dos administradores	1.342	1.706
	13.143	12.071

21.3 Serviços de terceiros

	Nota	2024	2023
Serviços de consultoria		1.405	1.660
Serviços de manutenção	21.3.1	4.584	2.315
Serviços de limpeza e vigilância		1.660	1.654
Serviços ambientais		392	599
Serviços de informática		1.556	1.432
Serviços de publicação e publicidade		244	139
Serviços de telecomunicações		408	425
Serviços de transporte		296	223
Serviços Compartilhados			(6)
(-) Créditos de tributos recuperáveis		(769)	(3.946)

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente. O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitam gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma classificada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, desdobrados em 56 categorias.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário					Saldo em 31/12/2024	
		Saldo da exposição até 1 ano	2 a 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%		Cenário (IV) Redução do risco em 25%
Aplicação financeira - CDB	CDI	86.160	5.192	5.192	1.268	2.525	(1.280)	(2.571)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	46.715	476	476	111	219	(114)	(231)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	168	18	33	51	14	29	(14)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	133.043	5.686	33	5.719	1.393	2.773	(1.408)
Debêntures	CDI	(602.948)	(85.605)	(155.320)	(240.925)	(53.535)	(106.550)	109.830
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(602.948)	(85.605)	(155.320)	(240.925)	(53.535)	(106.550)	109.830
		(469.905)	(79.919)	(155.287)	(235.206)	(52.142)	(103.777)	53.217

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 20,72% e 4,47% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para as concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Operação	31/12/2024						31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	308	43	20.590				20.941	11.193
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.156			1.156	916
Debêntures			2.948	596.822		599.770	542.689	542.689
Juros Vencidos de Debêntures	5.560	10.581	50.160	112.157	47.463	225.921	128.950	128.950
Uso do bem no processo de arrendamento	3.280	6.561	29.524	120.756	543.401	(263.827)	439.695	425.553
Arrendamentos e alugueis								190
Licenças ambientais	357	10.931	2.497	4.189		(153)	17.821	18.073
	9.505	28.116	105.719	835.080	590.864	(263.980)	1.305.304	1.127.564

25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui Debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, podem provocar uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumento dos custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco ocorre pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um risco com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

25.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações atuais sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de licenças, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Nota	31/12/2024	31/12/2023
AAA		116.073	41.773
AA		16.802	911
	4	132.875	42.684

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures	599.770	542.689
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(136.219)	(43.473)
Dívida líquida	463.551	499.216
Total do Patrimônio Líquido	635.202	659.089
Total do capital	1.098.753	1.158.305
Índice de alavancagem financeira - %	42,19%	43,10%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2024			Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/presente	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15	3.926	(3.926)		-
Debêntures	16.1	542.689	(11.041)		68.122
Arrendamentos e alugueis		190	(61)	6	(135)
Capital social	19	219.736			4.719
		766.541	(15.028)	6	72.706
					824.225

	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	2023		Saldo em 31/12/2023
			Ajuste a valor de mercado/presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15	-		3.926	3.926
Debêntures		544.255	(78.567)	76.731	542.689
Arrendamentos e alugueis		1.006	(304)	51	(563)
		545.531	(78.871)	51	80.094
					546.805

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Nota	2024			Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/presente	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15	-			3.926
Debêntures		544.255	(78.567)		76.731
Arrendamentos e alugueis		1.006	(304)	51	(563)
		545.531	(78.871)	51	80.094
					546.805

Reversão (Constituição) de dividendos e JSCP a pagar

Capitalização no Imobilizado relativo a contingências

Aumento de capital com integralização de reservas

Constituição/reversão de arrendamentos e alugueis no Imobilizado

Total

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2024				31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	
Responsabilidades com locações operacionais					
Obrigações de compra					
Compra de Energia	119.954				119.954
Encargos de conexão e Transporte de Energia	192				192
Materiais e serviços	15.993	8.527	540	384	25.444
	136.139	8.527	540	384	145.590
Aumento de capital com integralização de reservas				4.719	236
Constituição/reversão de arrendamentos e alugueis no Imobilizado				(135)	(563)
Total				4.584	3.599

27.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 não houve valor em garantias, em 31 de dezembro de 2023 houve o valor de R\$7 de garantia do tipo Outros na modalidade Seguro garantia. Os valores em garantias de Provisões (Nota 18), estão demonstrados em sua respectiva nota.

28 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por contratação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	94.173	94.173	94.173	94.173
Usina	684.170	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	31.409	31.409	31.409	31.409
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829	829
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	7.044		7.286	

(*) Na Companhia o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onco, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para